



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11561 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

OFENSIVA NEOLIBERAL NO CURRÍCULO DOS INSTITUTOS FEDERAIS APÓS O GOLPE DE 2016

Kléberson Pierre Cardoso de Jesus - Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Ceará

OFENSIVA NEOLIBERAL NO CURRÍCULO DOS INSTITUTOS FEDERAIS APÓS O GOLPE DE 2016

Introdução

Os institutos federais se consolidaram como instituição na burocracia de Estado por meio da Lei 11.892/2008, mas seus Projetos Pedagógicos Institucionais (PPIs) estão ameaçados por um pacote de contrarreformas que se impôs depois do golpe de 2016 com destaque para:

- A Resolução CNE/CP 01/2021 do Pleno do Conselho Nacional de Educação que define as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica;
- A Lei 13.415/2017 que impôs a Contrarreforma do Ensino Médio;
- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

Com o Golpe, Temer acelerou um conjunto de contrarreformas na educação, com destaque para a contrarreforma do ensino médio. O Governo Bolsonaro deu continuidade na agenda de Temer e o Conselho Nacional de Educação deliberou pela Resolução CNE/CP nº 01/2021 que impõe aos institutos federais os mesmos princípios da contrarreforma do ensino médio.

Na construção dos institutos federais houve uma inflexão marcadamente contra-hegemônica e de materialização de uma integração. Essa conquista não é dadivosa e nem é da ordem da natureza. Ela materializa uma luta histórica que remonta o Manifesto dos Pioneiros

da Educação Nova da década de 1930.

Pacheco (2008) em seu artigo “Os IFETs e o projeto nacional” é categórico ao afirmar:

Nosso Projeto Político-Pedagógico é necessariamente um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana. Tal proposta é incompatível com uma visão conservadora de sociedade. **A equipe dirigente da Setec tem claro o conteúdo político e ideológico de seu trabalho**, afirmando permanentemente a possibilidade de transformar a educação em instrumento a serviço da **emancipação e da radicalização democrática**. Seria supérfluo evocarmos aqui as várias e importantes reflexões do mestre Paulo Freire sobre o tema. (PACHECO, 2008, p.02)

Haddad (1998) defende uma aliança com o lumpemproletariado e com a classe que inova (cientistas, técnicos em pesquisa e desenvolvimento) para luta emancipatória. Para isso propõe a formação de um estágio do capitalismo cooperativista, que, com incentivo estatal, poderá construir uma espécie de subversão do mercado.

Machado (1989) discute a proposta de escola unitária garantidora da formação integral e que desenvolve o ser humano em todas as dimensões. A autora afirma que a escola é o espaço da formação da consciência proletária e emancipatória. Para isso propõe a fórmula da hegemonia civil na construção de um projeto progressista de educação, baseado na proposta gramsciana do nacional popular.

Esses intelectuais ilustram o fato de que o projeto dos institutos foi construído por sujeitos de classe que ocuparam espaço na burocracia estatal e construíram um projeto contra-hegemônico, e que isso só foi possível pela ascensão de um partido popular que realizou as alianças necessárias para chegar ao exercício do poder.

Contraditoriamente, nesse mesmo período, os governos petistas fortaleceram programas de repasse do fundo público da educação para o setor privado, que passou a disputar recursos que tinham a predominância do público e formaram um verdadeiro mercado da educação privada para avançar em programas como o FIES, PROUNI e o PRONATEC no ensino técnico.

Essa combinação de investimentos nos setores público e privado reflete aquilo que Behring (2003) pontua como a oferta de serviços públicos por instituições competitivas que buscam cada vez mais o acesso a parcela do fundo público destinado às políticas de educação.

Os grupos corporativos do mercado da educação tiveram, com esses programas, acesso a um montante importante do fundo público destinado à educação, tanto que esses grupos se fortaleceram e se organizaram no sentido de fazer também a disputa no plano político e ideológico na defesa do pacote de contrarreformas na educação, principalmente com a chegada do Presidente Temer ao Palácio do Planalto em 2016.

A crise política que culminou na deposição da presidenta Dilma intensificou a agenda neoliberal e as contrarreformas de sustentação de um projeto de destruição das políticas

sociais. O que se vê no pós-golpe de 2016 são iniciativas que retiram direitos já conquistados, demarcam um caráter regressivo, neoliberal e conservador na educação, a saber:

A RESOLUÇÃO CNE/CP 01/2021: ATAQUE AO CURRÍCULO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A Resolução CNE/CP 01/2021 é a própria Contrarreforma do Ensino Médio atacando os institutos federais. Essa decisão representa uma interferência direta na autonomia didático-pedagógica das instituições. É o governo Bolsonaro dando continuidade às ações iniciadas por Temer.

Sob o pretexto de instituir as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica, a Resolução traz consigo os princípios da flexibilização curricular de viés neoliberal, o desmonte do ensino médio integrado e a reafirmação da educação profissional de classes, ou dualidade estrutural, que separa o ensino profissional da educação clássica.

Esses elementos se materializam no reforço dos itinerários formativos, com direta vinculação previstos na Contrarreforma do Ensino Médio:

Art. 3º São princípios da Educação Profissional e Tecnológica: I - articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes; (BRASIL, 2021)

A proposta de itinerário formativo reafirma a fragmentação curricular pela possibilidade de organização dos cursos em conjuntos de unidades, etapas ou módulos. Isso permite as saídas ou certificações intermediárias nos cursos superiores de tecnologia.

Essa proposta combina a ideia do aligeiramento da certificação para ingresso no mercado com a instabilidade da permanência e conclusão do curso pelo estudante, que fica mais vulnerável ao abandono escolar pela perspectiva de uma oportunidade imediata de emprego, num país de desempregados.

Existe na resolução uma visão economicista com o setor produtivo como se o trabalho somente existisse no mundo empresarial. Não se considera o trabalho nas formas associadas, autogestionárias, nos empreendimentos sociais populares, na economia solidária ou de qualificação para a produção de alimentos na agricultura familiar. Isto não é omissão, é um projeto de classe.

As diretrizes assumem um alinhamento ideológico com a pedagogia das competências da Teoria do Capital Humano que é neoliberal, e pretende difundir a ideia do desenvolvimento de competências (subjativas) e habilidades (prático-objetivos). (FRIGOTTO, 2015)

Para esse ideário, o sujeito precisa desenvolver as competências, ou seja, aquilo para o qual ele tem mais afinidade (subjativa), numa afirmação da sua liberdade de escolha em

relação à constituição do itinerário formativo que o levará ao mercado de trabalho.

Para Mészáros (2006) isso é uma opção consciente dentro de um projeto de educação classista. “Não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”.

A captura das consciências e das subjetividades antagoniza com projetos educacionais emancipatórios, na medida em que nega a dimensão integral (omnilateral) dos sujeitos e inviabiliza processos formativos baseados na crítica do trabalho e dos seus impactos na vida em sociedade. Por isso, a Resolução é uma afronta aos institutos federais e às suas aspirações integradoras.

A Resolução nº 01/2021/CNE/CP e a Contrarreforma do Ensino Médio são gêmeas univitelinas nos princípios da fragmentação dos conhecimentos, da captura da subjetividade, da alienação, da afirmação de uma educação profissional de classes e do bloqueio de quaisquer avanços integradores na educação. A obrigatoriedade do cumprimento da Resolução é uma tragédia na construção de mais de uma década de ensino médio integrado nos institutos federais.

A título de ilustração, demonstra-se o quadro com os desdobramentos da reforma:

Quadro 01– Comparativo das alterações curriculares nos institutos federais no Século XXI

Alterações Curriculares na Educação Profissional		
Neoliberal	Neodesenvolvimentista	Ultraneoliberal
Decreto 2.208/1997	Decreto 5.154/2004	Resolução CNE/CP01/2021
Ensino Médio (2º Grau) e Técnico separados. Organização modular. Certificação flexibilizada por módulo. Acúmulo das certificações para habilitar o técnico.	Os institutos federais ofertam educação profissional técnica de forma integrada.	Os cursos devem ser organizados na forma de itinerários formativos que fragmentam os componentes. (conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos) Flexibilidade em que são permitidas saídas e certificações intermediárias aos estudantes. Acúmulo de certificações que alcancem a carga horária pode habilitar um técnico.
Tempo máximo de dois anos e meio. Carga horária definida em razão tipo de curso. O Ensino Médio (2º Grau) tem duração de três anos.	Os cursos podem ter duração de até quatro anos, cumprida a carga horária de 2.400 horas para o núcleo comum e 800 ou 1.200 horas para a formação técnica (a depender do eixo tecnológico da orientação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos)	Máximo de 1.800 horas para o núcleo comum e 800 ou 1.200 para a formação técnica (a depender do eixo tecnológico da orientação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos) No caso da EJA, o máximo de 1.200 horas para o núcleo comum, acrescida da carga horária técnica.
Currículo flexível modular	Currículo Integrado	Currículo flexível por itinerários formativos
Adequação aos avanços tecnológicos.	Os cursos devem ter alinhamento com o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.	Alinhado ao setor produtivo de caráter corporativo e empresarial.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2022)

Conclusão

Esse cenário exige compreensão da realidade e a articulação necessária para propor tarefas organizativas que coloquem os institutos federais como instrumento mediador do diálogo estratégico entre os intelectuais, estudantes, trabalhadores e o próprio lumpemproletariado que reorganiza sua atuação por meio de pautas identitárias. E fazer dessa conjunção de esforços uma frente de defesa que ocupa espaços na sociedade em defesa de um projeto educacional de formação humana integrada e contra-hegemônica.

Palavras-Chave: Institutos Federais. Contrarreforma. Diretrizes Curriculares.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

CNE, Conselho Nacional de Educação. **Resolução Conselho Pleno Nº 1, de 5 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. 2021 Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf. Acesso em 28 jul. 2022

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação**. Revista Contemporânea de Educação, vol.10, n.20, jul./dez. de 2015. p.228-248. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2729>. Acesso: 07 de setembro de 2020.

HADDAD, Fernando. **Em defesa do socialismo**. 1ª Ed. São Paulo: Vozes, 1998.

MACHADO, Lucília Regina. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1989

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais e o Projeto Nacional**. Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_ifets_eliezer.pdf> acesso em 21/07/2019.